

Relatório Anual
2011



FUNBEP

- 3 Mensagem do diretor presidente**
- 4 Oportunidade de crescimento para a previdência complementar**
- 7 Um ano de intensa atividade**
- 12 Quem somos**
- 14 Órgãos de Administração**

Encarte

Balanço Patrimonial
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido
Demonstrac o do Ativo Líquido
Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa
Demonstrac o das Obrigações Atuariais
Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis
Parecer Atuarial
Parecer dos Auditores Independentes
Parecer do Conselho Fiscal
Manifestac o do Conselho Deliberativo
Informe Resumo dos Investimentos
Resumo da Política de Investimentos

Este Relatório Anual também
está disponível no site da entidade:
www.funbep.com.br





As decisões ligadas à previdência complementar devem ter sempre o longo prazo como premissa.”

Longo prazo. Esta expressão, aparentemente tão simples, resume uma das premissas da previdência complementar. Significa viver o presente com um claro planejamento para o amanhã, considerando eventuais mudanças, mas sem perder o foco nas consequências futuras de nossos atos e decisões.

No Funbep, esta questão é relevante para refletir sobre o impacto de demandas judiciais que colocam em risco a poupança previdenciária dos participantes ao exigir recursos não previstos nos cálculos atuariais. Uma visão previdente é, portanto, fundamental para todos.

Pensar no longo prazo é cada vez mais importante. Conforme dados divulgados pelo IBGE, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer passou de 62 anos, na década de 80,

para 73 anos em 2010. Esse aumento representa uma mudança profunda e acelerada, quando comparada ao tempo que os países em desenvolvimento levaram para atingir expectativa de vida semelhante.

Portanto, se vamos viver mais, precisamos viver bem. Para isso, devemos gerenciar adequadamente uma série de fatores ligados ao planejamento financeiro, às relações pessoais e familiares, ao aperfeiçoamento contínuo de nossas competências e experiências, aos cuidados com a saúde, à correta organização de nosso tempo e à busca constante de novos desafios.

Sempre é tempo de pensar em novos projetos e realizações e, por isso, ter uma visão de longo prazo é essencial. É a partir dela que trabalhamos no Funbep e que também devemos, pessoalmente, pensar nosso futuro.



Sergio Fajerman

Oportunidade de crescimento para a previdência complementar

Mais maduro em sua regulamentação e modelos de gestão, o sistema depende, para seu fortalecimento, da compreensão do brasileiro sobre os benefícios da previdência complementar.

O ano de 2011 passou tranquilo para as entidades fechadas de previdência complementar, sem grandes solavancos na economia mundial ou nacional que justificassem medidas ou ações mais drásticas. Diante de um cenário de queda constante das taxas de juros, o maior desafio dos gestores dos fundos tem sido encontrar alternativas de investimentos que remunerem o patrimônio sem acarretar exposição excessiva a riscos. De maneira geral, como comprova o gráfico abaixo, essa missão tem sido cumprida com relativo sucesso pelo sistema.

O ano também foi sem sobressaltos em relação à regulamentação do setor que não teve, em 2011, a edição de nenhuma norma ou instrução que tenha alterado significativamente as atividades dos fundos. Para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), segue sendo fundamental a Supervisão Baseada em Riscos que privilegia a orientação para a escolha de processos com eficiência e segurança comprovadas.

Por outro lado, o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, confirmado a cada novo

Comparativo regional

Regional *	Quantidade de entidades	%	Investimento (R\$ mil)	%	Participantes Ativos	%	Dependentes	%	Assistidos	%
Centro-Norte	38	10,3%	88.394.758	16,1%	373.784	16,6%	841.782	23,4%	105.338	15,7%
Leste	18	4,9%	18.523.108	3,4%	100.528	4,5%	174.010	4,8%	37.678	5,6%
Nordeste	31	8,4%	15.717.163	2,9%	44.955	2,0%	96.730	2,7%	30.246	4,5%
Sudeste	65	17,7%	284.229.040	51,9%	521.894	23,2%	1.277.825	35,6%	304.907	45,6%
Sudoeste	155	42,1%	106.828.764	19,5%	987.056	43,9%	904.645	25,2%	139.852	20,9%
Sul	61	16,6%	34.142.295	6,2%	220.227	9,8%	297.499	8,3%	51.022	7,6%
Total	368	100,0%	547.835.128	100,0%	2.248.444	100,0%	3.592.491	100,0%	669.043	100,0%

* Centro-Norte: RO, AM, RR, AP, GO, DF, AC, MA, MT, MS, PA, PI e TO.
Leste: MG. Nordeste: AL, BA, CE, PB, PE, RN e SE.
Sudeste: RJ e ES. Sudoeste: SP. Sul: PR, SC e RS.

Fonte: Previdência Complementar Estatística Mensal Dez/10 - PREVIC

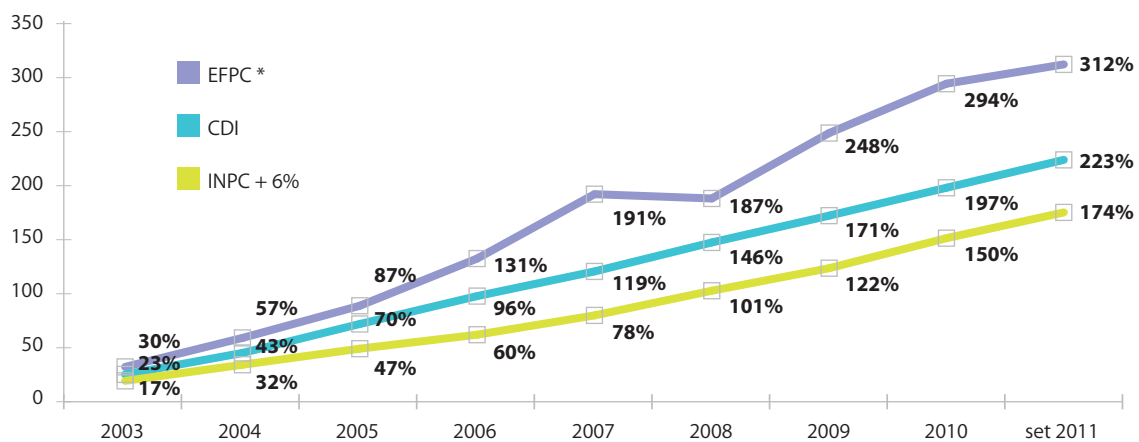


levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deve gerar um importante impacto sobre o sistema. Esse impacto está diretamente atrelado à maior percepção da população em relação à fragilidade da Previdência Social (em seus moldes e regras atuais) para responder pela aposentadoria dos que ainda estão na ativa.

Com a população brasileira girando em torno de 190 milhões de pessoas, é grande a oportunidade de crescimento para os fundos de pensão que, segundo o último Consolidado Estatístico da Associação

Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), de setembro de 2011, oferece cobertura a cerca de 6,5 milhões de brasileiros, incluindo ativos, assistidos e dependentes. Entre aposentadorias programadas, aposentadorias por invalidez e pensões, o sistema pagou, no primeiro semestre do ano passado, mais de R\$ 11,1 bilhões de reais em benefícios. Os valores médios mensais pagos até junho de 2011 foram de R\$ 3.142 para as aposentadorias programadas, R\$ 1.533 para as aposentadorias por invalidez e R\$ 1.633 para as pensões.

Rentabilidade estimada (acumulada)



* Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Fonte: ABRAPP / BACEN / IPEADATA



Um ano de intensa atividade

Melhorias em processos, encontros, palestras, eventos, workshops, modificações nos Regulamentos... Foram muitas – e variadas – as atividades desenvolvidas pelo Funbep no ano passado. Todas com o objetivo de aprimorar continuamente sua atuação.

Reuniões dos Conselhos

Os conselheiros deliberativos realizaram suas reuniões ordinárias anuais nos meses de março, junho, setembro e dezembro para analisar e dispor sobre os processos, atividades e gerenciamento do Funbep. Da mesma forma, o Conselho Fiscal fez suas duas reuniões ordinárias anuais em março e agosto. Ao longo do ano, houve alteração de membros dos Conselhos (sua composição em 31.12.2011 está na página 14).

No Conselho da Abrapp e no CNPC

Em 2011, foi definida a composição do Conselho Deliberativo da Abrapp, constituído por 25 associadas. Reginaldo José Camilo, diretor das fundações de previdência do Itaú Unibanco, foi escolhido para assumir a Vice-Presidência do Conselho. Reginaldo foi também indicado para representar os fundos de pensão como membro titular no Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), órgão colegiado do Ministério da Previdência Social que estabelece as normas de funcionamento do sistema.





Dia do Aposentado

Mais uma vez, o Funbep participou do evento promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp) para celebrar o Dia do Aposentado - 24 de janeiro de 2011. Representando todos os assistidos do Funbep, Irineo Zanatti recebeu o diploma comemorativo durante a cerimônia realizada na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro (RJ), juntamente com mais 72 aposentados que foram homenageados por suas entidades.

Congresso da Abrapp

Em setembro, conselheiros e diretores do Funbep participaram do 32º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, organizado pela Abrapp. Com o tema "Visão de Futuro: Inovar no Presente", o evento reuniu cerca de 3 mil profissionais que participaram de palestras, mesas-redondas, plenárias e painéis informativos.

Alterações regulamentares

Em novembro, o Funbep entrou com pedido, ainda em análise, junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para promover alterações nos Regulamentos de seus dois planos. No Funbep I, as mudanças são nos artigos 10 e 47 para exclusão de taxa fixada em 6%, tendo em vista que já há previsão de cálculo atuarial da jóia e da reserva, respectivamente. Nos dois planos, há alteração no artigo 49 para adequação à Resolução CGPC 18/2006 que permite que a taxa real acompanhe a praticada no mercado no médio e longo prazos, observando o limite máximo de 6% ao ano.





Educação financeira e previdenciária

Seguindo orientação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o Funbep, em parceria com as demais entidades de Previdência Complementar do Itaú Unibanco, aprofundou, em 2011, as ações de educação financeira e previdenciária de seus participantes, conselheiros, dirigentes e colaboradores. Todas as iniciativas são monitoradas para checar sua efetividade e adequação.

Informativo “Com você”

Editado desde 2003, o informativo bimestral é encaminhado para todos os participantes por meio eletrônico e impresso. A publicação divulga notícias, reportagens, entrevistas, matérias específicas referentes aos planos de benefícios geridos pelo Funbep e uma página exclusiva para temas relativos à educação financeira e previdenciária.



Encontro das Associações e Conselheiros

Christina Rufatto



Em maio, **Ricardo Pena**, ex-secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, falou sobre os “Novos Desafios da Previdência Complementar no Brasil e no Mundo”. Em dezembro, foi a vez de **José Eduardo Krieger**, professor da Faculdade



de Medicina da Universidade de São Paulo, abordar o “Crescimento da Longevidade & Tendências Demográficas na Perspectiva Médica”. As duas palestras fizeram parte da programação de 2011 do projeto realizado semestralmente

desde 2006 pelas fundações de previdência do Itaú Unibanco com o objetivo de alinhar e aprofundar os conhecimentos previdenciários dos participantes. Em 2011, o encontro foi certificado pelo Instituto de Certificação da Seguridade Social (ICSS), passando a valer créditos em seu Programa de Educação Continuada.

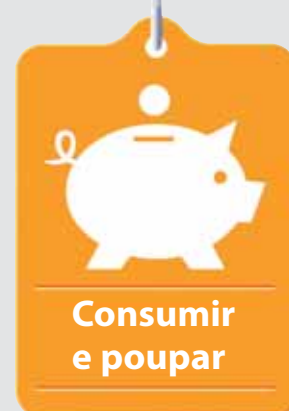


Semana da Previdência

Promovida em conjunto com as demais fundações de previdência do Itaú Unibanco desde 2004, a Semana da Previdência destaca a importância do tema para os participantes ativos que trabalham na patrocinadora. Por meio eletrônico ou presencial nos principais polos da capital paulista, a ação disponibilizou, em setembro e outubro, balcões de atendimento para orientação e esclarecimento de dúvidas e incentivou a adesão ao plano de previdência aberto oferecido pela patrocinadora.

Programa Uso Consciente do Dinheiro

Desenvolvido pelo Itaú Unibanco, o programa destina-se a todos os colaboradores do conglomerado Itaú Unibanco, incluindo os participantes ativos dos planos, bem como a sociedade em geral. Trata-se de uma ação em vários canais como site, e-mail, oficinas, palestras com especialistas e cartilhas. O objetivo é conscientizar e educar o público sobre o valor da saúde financeira e do planejamento.



Workshop Jurídico

O 5º Workshop Jurídico de Previdência Complementar foi promovido em setembro pelo Funbep juntamente com as outras entidades previdenciárias do Itaú Unibanco. Um total de 80 convidados (profissionais das fundações, das áreas jurídicas da patrocinadora e de escritórios advocatícios contratados) assistiu às apresentações de especialistas sobre diferentes aspectos das questões jurídicas ligadas ao sistema. O workshop, criado em 2007, também conta créditos para o Programa de Educação Continuada do ICSS.



Workshop para colaboradores

Há quatro anos, o Funbep reúne seus profissionais para um workshop que visa alinhar as práticas de governança, promover melhorias no fluxo de trabalho e aprofundar os conhecimentos previdenciários. Em 2011, o workshop ocorreu em novembro e foi uma oportunidade para estimular o espírito de equipe com foco em performance, comunicação e confiança. Ao longo do ano, os colaboradores do Funbep também participaram de treinamentos individuais específicos.



Evento dos assistidos

Muito aguardado pelos aposentados e pensionistas, o evento realizado em parceria com as demais fundações de previdência do Itaú Unibanco para valorizar os benefícios oferecidos e integrar os participantes. Nos meses de junho e julho de 2011, o tema "É tempo de escrever novas histórias" atraiu 3.332 convidados para os eventos organizados em Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife e São Paulo que tiveram o cantor Wanderley Cardoso como atração principal.

Quem somos

Participantes Ativos • base: outubro 2011

Total de Participantes

1.895 *

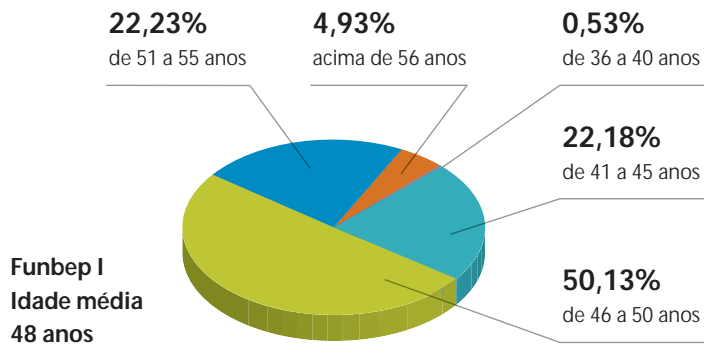


* inclui participantes ativos, autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido e em fase de opção.

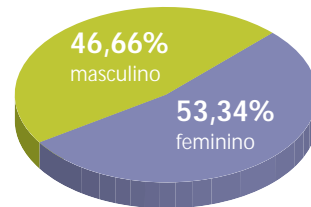
Presença nos Estados

	Funbep I	Funbep II
Paraná	93,22%	92%
São Paulo	3,26%	
Santa Catarina	1,55%	4%
Rio Grande do Sul	0,59%	4%
Distrito Federal	0,32%	
Rio de Janeiro	0,32%	
Minas Gerais	0,37%	
Outros	0,37%	

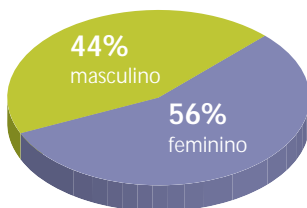
Faixas Etárias - Funbep I



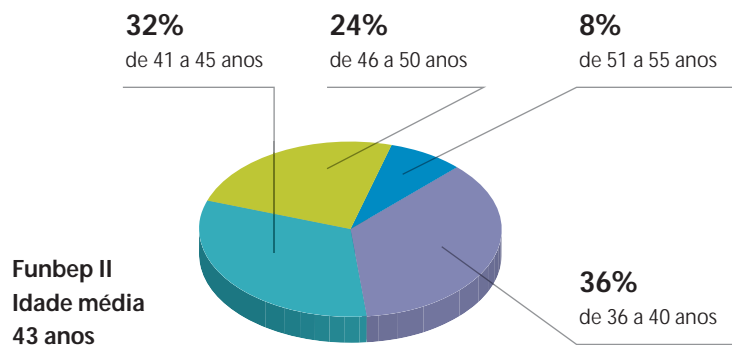
Sexo - Funbep I



Sexo - Funbep II



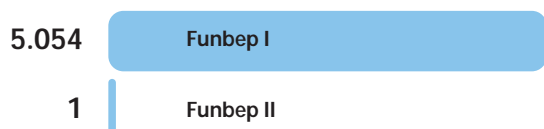
Faixas Etárias - Funbep II



Participantes Assistidos • Inclui pensionistas • base: outubro 2011

Total de Participantes

5.055 **



** Inclui assistidos, pensionistas e BPD renda

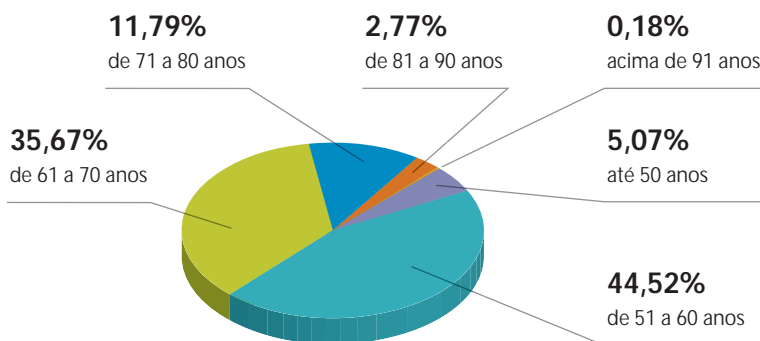
Presença nos Estados

Paraná	89,28%
São Paulo	5,16%
Santa Catarina	2,59%
Rio Grande do Sul	0,77%
Rio de Janeiro	0,71%
Mato Grosso do Sul	0,34%
Minas Gerais	0,28%
Outros	0,87%

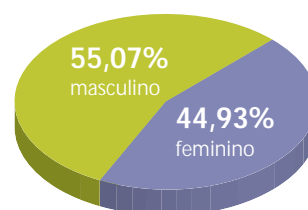
Tipo de Benefício

Tempo de serviço	63,00%
Invalidez	9,99%
Idade	1,72%
Pensão	13,32%
Antecipada	1,03%
Especial	0,04%
Renda BPD (Vesting)	10,90%
Média de tempo de benefício	14 anos

Faixas Etárias



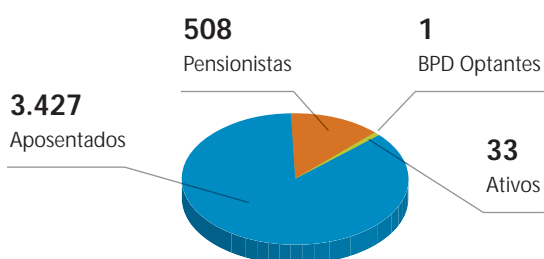
Sexo



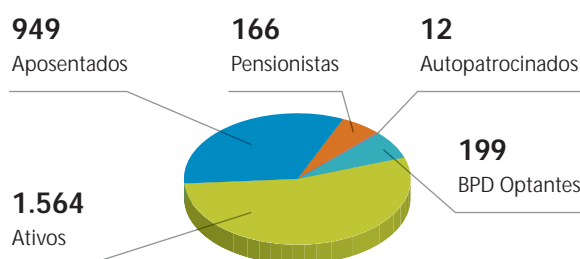
Idade média: 62 anos

Participantes Constituintes e Não constituintes ***

Constituintes



Não Constituintes



** O total de assistidos contém uma aposentada do plano Funbep 2.

*** Apenas o Plano Funbep I possui a classificação Constituintes e Não constituintes

Órgãos de Administração

Conselho Deliberativo

	Titulares	Suplentes
Presidente	Osvaldo do Nascimento	Caio Ibrahim David
Conselheiros indicados	Demosthenes Madureira de Pinho Neto Marco Antonio Antunes Cláudio José Coutinho Arromatte	Marcelo Luis Orticelli Antonio Eduardo Marquez de Figueiredo Trindade Gilberto Trazzi Canteras
Conselheiros eleitos	José Altair Monteiro Sampaio Ruy Fernando Metzger	Ana Maria Fideli Marques Fernando Prezutti

Conselho Fiscal

	Titulares	Suplentes
Presidente	Leila Cristiane Barboza Braga de Melo	Ottavio Aldo Ronco
Conselheiros indicados	Osmar Marchini Guilherme Augusto M. F. de T. Barros Geraldo Luís Miguel Martins	José Virgilio Vita Neto Sergio Brilhante de Albuquerque Junior Carlos André Guerra Barreiros
Conselheiros eleitos	Edilson José Gabriel Marçal Ussui Sobrinho	Darci Borges Saldanha Ellen Hass de Oliveira Pedroza

Diretoria

Diretor Presidente	Sergio Guillinet Fajerman
Diretor de Investimentos	Gabriel Amado de Moura
Diretores Gerentes	Arnaldo Cesar Serighelli Lucimary Bondi Sartori Reginaldo José Camilo



Rua Marechal Deodoro, 869, 17º andar
Centro – CEP 80060-010
Curitiba – PR

www.funbep.com.br

Relatório Anual 2011

2	Balço Patrimonial
3	Demonstraço da Mutaço do Patrimônio Social
4	Demonstraço da Mutaço do Ativo Líquido
6	Demonstraço do Ativo Líquido
8	Demonstraço do Plano de Gestão Administrativa
11	Demonstraço das Obrigaço Atuariais
13	Notas Explicativas às Demonstraço Contábeis
26	Parecer Atuarial
32	Parecer dos Auditores Independentes
34	Parecer do Conselho Fiscal
35	Manifestaço do Conselho Deliberativo
36	Informe Resumo dos Investimentos
38	Resumo da Política de Investimentos



FUNBEP

Balço Patrimonial

em milhares de Reais

Ativo	31/12/2011	31/12/2010
Disponível	193	64
Realizável	3.406.228	3.307.033
Gestão Previdencial (Nota 5)	50.969	40.925
Gestão Administrativa (Nota 5)	1.944	216
Investimentos	3.353.315	3.265.892
Títulos Públicos (Nota 6)	71.400	2.140.766
Créditos Privados e Depósitos (Nota 6)	226.257	339.139
Ações (Nota 6)	113.804	256.973
Fundos de Investimento (Nota 6)	2.794.060	381.784
Derivativos (Nota 6)	13.155	6.674
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	99.520	104.575
Empréstimos (Nota 6)	12.832	13.694
Depósitos Judiciais/Recursais (Nota 6)	22.287	22.287
Permanente (Nota 8)	57	18
Imobilizado	57	18
Total do Ativo	3.406.478	3.307.115
Passivo	31/12/2011	31/12/2010
Exigível Operacional (Nota 9)	7.336	8.677
Gestão Previdencial	6.621	7.691
Gestão Administrativa	681	897
Investimentos	34	89
Exigível Contingencial (Nota 10)	95.582	103.546
Gestão Previdencial	94.663	103.205
Gestão Administrativa	829	251
Investimentos	90	90
Patrimônio Social	3.303.560	3.194.892
Patrimônio de Cobertura do Plano	3.298.994	3.190.141
Provisões Matemáticas (Nota 11)	3.340.397	3.163.223
Benefícios Concedidos	2.939.602	2.790.394
Benefícios a Conceder	400.795	372.829
Equilíbrio Técnico (Nota 12)	(41.403)	26.918
Resultados Realizados	(41.403)	26.918
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	(41.403)	26.918
Fundos (Nota 13)	4.566	4.751
Fundos Previdenciais	1.752	1.607
Fundos Administrativos	2.789	3.122
Fundos dos Investimentos	25	22
Total do Passivo	3.406.478	3.307.115

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2011	31/12/2010	Varia�o (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	3.194.892	2.676.940	19
1. Adi�es	350.189	746.751	(53)
(+) Contribui�es Previdenciais	43.678	41.097	6
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	294.693	701.852	(58)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	1.503	-	100
(+) Receitas Administrativas	9.520	3.023	215
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	792	777	2
(+) Constitui�o de Fundos de Investimento	3	2	50
2. Destina�es	(241.521)	(228.799)	6
(-) Benefícios	(230.117)	(212.284)	8
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(759)	-	100
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	-	(10.593)	(100)
(-) Despesas Administrativas	(10.139)	(5.922)	71
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	(3)	-	100
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	(503)	-	100
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	108.668	517.952	(79)
(+ / -) Provisões Matemáticas	177.174	535.132	(67)
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(68.321)	(15.211)	349
(+ / -) Fundos Previdenciais	145	151	(4)
(+ / -) Fundos Administrativos	(333)	(2.122)	(84)
(+ / -) Fundos dos Investimentos	3	2	50
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A + 3)	3.303.560	3.194.892	3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Funbep I

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2011	31/12/2010	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	3.188.940	2.669.140	19
1. Adi�es	343.920	742.617	(54)
(+) Contribui�es	48.033	40.996	17
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	294.384	701.621	(58)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	1.503	-	100
2. Destina�es	(235.262)	(222.817)	6
(-) Benefícios	(230.091)	(212.224)	8
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(759)	-	100
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	-	(10.593)	(100)
(-) Custeio Administrativo	(4.412)	-	100
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	108.658	519.800	(79)
(+ / -) Provisões Matemáticas	176.978	535.011	(67)
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(68.320)	(15.211)	349
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	3.297.598	3.188.940	3
C) Fundos Não Previdenciais	2.766	3.101	(11)
(+ / -) Fundos Administrativos	2.741	3.079	(11)
(+ / -) Fundos dos Investimentos	25	22	14

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Funbep II

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2011	31/12/2010	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	2.808	2.536	11
1. Adi�es	369	340	9
(+) Contribui�es	60	109	(45)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	309	231	34
2. Destina�es	(29)	(68)	(57)
(-) Benefícios	(25)	(60)	(58)
(-) Custeio Administrativo	(4)	(8)	(50)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	340	272	25
(+ / -) Provisões Matemáticas	196	121	62
(+ / -) Fundos Previdenciais	144	151	(5)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	3.148	2.808	12
C) Fundos Não Previdenciais	48	43	12
(+ / -) Fundos Administrativos	48	43	12

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido - Funbep I

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
1. Ativos	3.401.770	3.303.116	3
Disponível	189	60	68
Recebível	53.707	43.964	18
Investimentos	3.347.874	3.259.092	3
Títulos Públicos	71.400	2.140.766	(2.898)
Créditos Privados e Depósitos	226.257	339.139	(50)
Ações	113.804	256.973	(126)
Fundos de Investimento	2.788.619	374.984	87
Derivativos	13.155	6.674	49
Investimentos Imobiliários	99.520	104.575	(5)
Empréstimos	12.832	13.694	(7)
Depósitos Judiciais / Recursais	22.287	22.287	-
2. Obrigações	101.406	111.075	(10)
Operacional	6.653	7.780	(17)
Contingencial	94.753	103.295	(9)
3. Fundos Não Previdenciais	2.766	3.101	(12)
Fundos Administrativos	2.741	3.079	(11)
Fundos dos Investimentos	25	22	14
5. Ativos Líquidos (1 - 2 - 3)	3.297.598	3.188.940	3
Provisões Matemáticas	3.339.001	3.162.022	6
Superávit (Déficit) Técnico Acumulado	(41.403)	26.918	(254)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido - Funbep II

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Varição (%)
1. Ativos	3.196	2.851	12
Disponível	3	4	(25)
Recebível	50	43	16
Investimentos	3.143	2.804	12
Fundos de Investimento	3.143	2.804	12
3. Fundos Não Previdenciais	48	43	12
Fundos Administrativos	48	43	12
5. Ativos Líquidos (1 - 3)	3.148	2.808	12
Provisões Matemáticas	1.396	1.201	16
Fundos Previdenciais	1.752	1.607	9

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.122	5.245	(40)
1. Custeio da Gestão Administrativa	10.312	3.799	171
1.1. Receitas	10.312	3.799	171
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.416	7	62.986
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.614	2.689	72
Resultado Positivo dos Investimentos	792	777	2
Outras Receitas	490	326	50
2. Despesas Administrativas	(10.642)	(5.922)	80
2.1. Administração Previdencial	(6.014)	(3.233)	86
Pessoal e Encargos	(1.502)	(890)	69
Treinamento/Congressos e Seminários	(46)	(19)	142
Viagens e Estadias	(106)	(107)	(1)
Serviços de Terceiros	(3.019)	(1.124)	169
Despesas Gerais	(1.011)	(1.082)	(7)
Depreciações e Amortizações	(13)	(8)	63
Contingências	(263)	-	100
Outras Despesas	(54)	(3)	1.700
2.2. Administração dos Investimentos	(4.615)	(2.689)	72
Serviços de Terceiros	(4.376)	(2.522)	74
Despesas Gerais	-	(154)	(100)
Contingências	(239)	-	100
Outras Despesas	-	(13)	(100)
2.3. Administração Assistencial	-	-	-
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
2.5. Outras Despesas	(13)	-	100
3. Resultado Negativo dos Investimentos	(3)	-	100
4. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	(333)	(2.123)	(84)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(333)	(2.123)	(84)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	2.789	3.122	(11)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Funbep I

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.079	5.208	(41)
1. Custeio da Gestão Administrativa	10.286	3.777	172
1.1. Receitas	10.286	3.777	172
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.412	-	100
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.597	2.677	72
Resultado Positivo dos Investimentos	787	774	2
Outras Receitas	490	326	50
2. Despesas Administrativas	(10.621)	(5.906)	80
2.1. Administração Previdencial	(6.011)	(3.230)	86
2.1.1. Despesas Comuns	-	-	-
2.1.2. Despesas Específicas	(6.011)	(3.230)	86
Pessoal e Encargos	(1.502)	(890)	69
Treinamento/Congressos e Seminários	(46)	(19)	142
Viagens e Estadias	(106)	(107)	(1)
Serviços de Terceiros	(3.016)	(1.121)	169
Despesas Gerais	(1.011)	(1.082)	(7)
Depreciações e Amortizações	(13)	(8)	63
Contingências	(263)	-	100
Outras Despesas	(54)	(3)	1.700
2.2. Administração dos Investimentos	(4.597)	(2.676)	72
2.2.1. Despesas Comuns	-	-	-
2.2.2. Despesas Específicas	(4.597)	(2.676)	72
Serviços de Terceiros	(4.359)	(2.522)	73
Despesas Gerais	-	(154)	(100)
Contingências	(238)	-	100
2.3. Administração Assistencial	-	-	-
2.4. Outras Despesas	(13)	-	100
3. Resultado Negativo dos Investimentos	(3)	-	100
4. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	(338)	(2.129)	(84)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(338)	(2.129)	(84)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	2.741	3.079	(11)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Funbep II

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	43	37	16
1. Custeio da Gestão Administrativa	26	22	18
1.1. Receitas	26	22	18
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4	7	(43)
Custeio Administrativo dos Investimentos	17	12	42
Resultado Positivo dos Investimentos	5	3	67
2. Despesas Administrativas	(21)	(16)	31
2.1. Administração Previdencial	(3)	(3)	-
2.1.1. Despesas Comuns	-	-	-
2.1.2. Despesas Específicas	(3)	(3)	-
Serviços de Terceiros	(3)	(3)	-
2.2. Administração dos Investimentos	(18)	(13)	38
2.2.1. Despesas Comuns	-	-	-
2.2.2. Específicas	(18)	(13)	38
Serviços de Terceiros	(17)	-	100
Contingências	(1)	-	100
Outras Despesas	-	(13)	(100)
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	5	6	(17)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	5	6	(17)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	48	43	12

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Obrigações Atuariais - Funbep I

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Varição (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	3.297.598	3.188.940	3
1. Provisões Matemáticas	3.339.001	3.162.022	6
1.1. Benefícios Concedidos	2.939.552	2.790.346	5
Benefício Definido	2.939.552	2.790.346	5
1.2. Benefícios a Conceder	399.449	371.676	7
Benefício Definido	399.449	371.676	7
2. Equilíbrio Técnico	(41.403)	26.918	(254)
2.1. Resultados Realizados	(41.403)	26.918	(254)
Superávit Técnico Acumulado	-	26.918	(100)
Reserva de Contingência	-	26.918	(100)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(41.403)	-	100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Obrigações Atuariais - Funbep II

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Varição (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	1.396	1.201	16
1. Provisões Matemáticas	1.396	1.201	16
1.1. Benefícios Concedidos	50	49	2
Benefício Definido	50	49	2
1.2. Benefícios a Conceder	1.346	1.152	17
Contribuição Definida	1.264	1.082	17
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	632	541	17
Saldo de Contas - Parcela Participantes	632	541	17
Benefício Definido	82	70	17

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado ("Entidade"), instituído pelo Banco do Estado do Paraná S.A. (atualmente denominado Banco Banestado S/A), autorizado a funcionar como fundo multipatrocinado pela Portaria nº 474, de 13 de julho de 1998, do Ministério da Previdência e Assistência Social – Secretaria de Previdência Complementar (MPAS-SPC) tem por finalidade, através dos Planos FUNBEP I (Benefício Definido) e do Plano FUNBEP II (Contribuição Variável), assegurar aos seus participantes a complementação de proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária. Os planos estão fechados ao ingresso de novos participantes.

As patrocinadoras decidiram oferecer aos funcionários admitidos a partir de 01 de agosto de 2002, plano na modalidade de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S/A.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente, voltados aos empregados das patrocinadoras, pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco S/A.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial, 31 de outubro, apresenta a seguinte posição:

PLANO	Ativos (1)				Assistidos (2)				Total			
	2011		2010		2011		2010		2011		2010	
	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes
Funbep I	1.871	3.305	1.953	3.630	5.054	4.352	5.001	4.470	6.925	7.657	6.954	8.100
Funbep II	24	-	26	-	1	-	1	-	25	-	27	-
Total	1.895	3.305	1.979	3.630	5.055	4.352	5.002	4.470	6.950	7.657	6.981	8.100

(1) Inclui participantes Autopatrocinados e optantes pelo Benefício Proporcional Diferido - BPD

(2) Inclui Pensionistas

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC's, especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução SNPC nº 05, de 08 de setembro de 2011 e Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010. Os saldos do exercício de 2010 foram ajustados para fins de comparabilidade com o exercício de 2011, conforme detalhado na Nota 14.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio e as contribuições contratadas com a patrocinadora.

- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas e outros eventos administrativos.

- **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimentos e Derivativos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

- a. **Títulos para negociação:** quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

- b. **Títulos mantidos até o vencimento:** quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título, sendo avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados a valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2010, suportadas por laudos técnicos, como determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

III. Empréstimos

Os empréstimos a participantes são atualizados pelo Índice IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, acrescido de juros de 12% a.a..

Os Depósitos Judiciais, anteriormente registrados nas rubricas do Passivo – Exigível Contingencial, foram reclassificados nas respectivas gestões no Ativo Realizável, conforme Instrução SNPC nº 05, de 08 de setembro de 2011.

b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de pagamentos e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com

práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

g) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

h) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 5 e 10).

NOTA 4 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são custeadas por taxa administrativa efetuada pela Patrocinadora e utilização do Fundo Administrativo e contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e as despesas administrativas de investimentos custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

NOTA 5 - ATIVO REALIZÁVEL

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Gestão Previdencial	50.969	40.925
Contribuições	3.797	4.032
Autofinanciados	4	8
Benefícios Suspensos (1)	3.793	4.024
Outros Realizáveis (2)	1.836	1.904
Depósitos Judiciais / Recursais (3)	45.336	34.989
Gestão Administrativa	1.944	216
Despesas Antecipadas	7	2
Valores a Receber	7	4
Depósitos Judiciais - PIS/COFINS (3)	809	210
Outros Realizáveis (4)	1.121	-
Total	52.913	41.141

- (1) Referem-se a interrupção temporária de aposentadorias decorrentes de suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social (INSS).
- (2) Referem-se a Bloqueios Judiciais e Impostos à Compensar/Recuperar
- (3) Os depósitos judiciais, anteriormente registrados na rubricas do Passivo - Exigível Contingencial, foram reclassificados nas respectivas gestões no Ativo Realizável, conforme Instrução SNPC nº 5 de 08 de setembro de 2011.
- (4) Refere-se basicamente ao ressarcimento do Convênio de Rateio de Custo Comum, relativo ao período de Janeiro à Novembro/2011, em razão da revisão do critério de apuração.

NOTA 6 - INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

a) Composição dos Investimentos

	2011			2010
Descrição	FUNBEP I	FUNBEP II	Total	
-				
Títulos Públicos	71.400	-	71.400	2.140.766
Créditos Privados e Depósitos	226.257	-	226.257	339.139
Ações	113.804	-	113.804	256.973
Fundos de Investimentos	2.790.873	3.187	2.794.060	381.784
Derivativos	13.155	-	13.155	6.674
Investimentos Imobiliários	99.520	-	99.520	104.575
Empréstimos	12.832	-	12.832	13.694
Depósitos Judiciais (1)	22.287	-	22.287	22.287
Total	3.350.128	3.187	3.353.315	3.265.892

(1) Referem-se a auto de infração que discute a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Em Novembro/2009 a entidade se beneficiou com a anistia, conforme Lei nº 11.941/09. Após a desistência da ação, aguarda-se seu deferimento para posterior levantamento e conversão em renda do referido depósito.

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC e no Itaú Unibanco.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários:

FUNBEP I	Valor (1)				
	Valor a Mercado			Categoria (2)	
	Custo Contábil	Ajustes a Mercado	Total	Para Negociação	Até o Vencimento
Títulos Públicos	71.400	1.897	73.297	27.328	44.072
Letras Financeiras do Tesouro	27.328	-	27.328	27.328	-
Notas do Tesouro Nacional	44.072	1.897	45.969	-	44.072
Créditos Privados e Depósitos	226.257	-	226.257	226.257	-
Certificado de Depósito Bancário	220.680	-	220.680	220.680	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.224	-	1.224	1.224	-
Debêntures	4.353	-	4.353	4.353	-
Fundo de Investimento	2.790.873	6.889	2.797.762	1.462.379	1.328.494
Fundo de Investimento - Exclusivo	2.436.382	6.889	2.443.271	1.107.888	1.328.494
Letras Financeiras do Tesouro	398	-	398	398	-
Notas do Tesouro Nacional	2.435.984	6.889	2.442.873	1.107.490	1.328.494
Fundo de Investimento - Não Exclusivo	354.491	-	354.491	354.491	-
Renda Fixa	124.243	-	124.243	124.243	-
Renda Variável	230.248	-	230.248	230.248	-
Títulos de Renda Variável	113.804	-	113.804	113.804	-
Ações	113.804	-	113.804	113.804	-
Derivativo	13.155	-	13.155	13.155	-
Swap (3)	13.155	-	13.155	13.155	-
Total (1)	3.215.489	8.786	3.224.275	1.842.923	1.372.566

FUNBEP I	Valor (1)				
	Indeterminado	Vencimento		Valor Contábil	
		De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2011	31/12/2010
Títulos Públicos	-	27.328	44.072	71.400	2.140.766
Letras Financeiras do Tesouro	-	27.328	-	27.328	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	44.072	44.072	2.140.766
Créditos Privados e Depósitos	-	220.680	5.577	226.257	339.139
Certificado de Depósito Bancário	-	220.680	-	220.680	337.615
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	1.224	1.224	1.275
Debêntures	-	-	4.353	4.353	249
Fundo de Investimento	354.491	398	2.435.984	2.790.873	378.936
Fundo de Investimento - Exclusivo	-	398	2.435.984	2.436.382	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	398	-	398	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	2.435.984	2.435.984	-
Fundo de Investimento - Não Exclusivo	354.491	-	-	354.491	378.936
Renda Fixa	124.243	-	-	124.243	222.131
Renda Variável	230.248	-	-	230.248	156.805
Títulos de Renda Variável	113.804	-	-	113.804	256.973
Ações	113.804	-	-	113.804	256.973
Derivativo	-	704	12.451	13.155	6.674
Swap (3)	-	704	12.451	13.155	6.674
Total (1)	468.295	249.110	2.498.084	3.215.489	3.122.488

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

FUNBEP II	Valor ⁽¹⁾				
	Custo Contábil	Categoria	Vencimento	Valor Contábil	
		Para Negociação	Indeterminado	31/12/2011	31/12/2010
Fundo de Investimento - Não Exclusivo	3.187	3.187	3.187	3.187	2.848
Renda Fixa	3.187	3.187	3.187	3.187	2.848
Total⁽²⁾	3.187	3.187	3.187	3.187	2.848

(1) Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço e os classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

Os investimentos em Ações (renda variável) estão avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação em 31 de dezembro ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Inclui, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA: no montante total de R\$ 2.299 sendo R\$ 2.254 FUNBEP I e R\$ 45 FUNBEP II (em 2010 R\$ 3.995, sendo R\$ 3.951 FUNBEP I e R\$ 44 FUNBEP II).

(2) Corresponde a NTNCs no montante de R\$ 995.436 com vencimento em 2021 e 2031 e NTNBS no montante de R\$ 377.130 com vencimento em 2045 e 2050. O valor de mercado destes títulos é de R\$ 1.381.352.

A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria.

No plano FUNBEP I, os "títulos para negociação" foram reclassificados títulos para a categoria "títulos mantidos até o vencimento" na data de 31/12/2011 por ocasião da elaboração do balanço anual de 2011. A reclassificação visa buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do plano.

(3) Operações de swap são efetuadas como hedge ao risco de descasamento entre a performance dos ativos e a meta atuarial do plano.

Os ativos atrelados às taxas de juros de curto prazo, CDI/Selic, excedentes aos ativos líquidos necessários para o pagamento mensal de benefícios, podem ser "hedgeados" no todo ou em parte, conforme mandato delegado ao gestor dos ativos da Entidade.

Partida	Vencimento	Principal R\$ mil	Passivo	Ativo	Valor a Apropriar
			Taxa a.a.	Valor R\$ mil	
14/11/2008	05/08/2013	28.604	100% CDI	39.819	704
14/11/2008	05/11/2010	122.967	100% CDI	180.607	12.451
Total				220.427	13.155

NOTA 7 - INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Descrição	2011	2010
Plano Funbep I		
Terrenos (1) e (2)	708	708
Uso Próprio (2)	688	690
Custo	721	697
(-) Depreciação acumulada	(33)	(7)
Locadas a Patrocinadores (2)	66.783	67.749
Custo	68.071	68.071
(-) Depreciação acumulada	(1.288)	(322)
Locadas a Terceiros (2) e (3)	26.752	29.860
Custo	27.283	27.873
(-) Depreciação acumulada	(531)	(134)
Aluguéis a Receber	-	2.121
Direito em Alienações	4.589	5.568
Total	99.520	104.575

(1) Em Janeiro/2010 - Venda do Imóvel RGI 701602 Balneário Golfinhos, s/n - Caraguatatuba/SP, sem resultado na venda, sendo o valor recebido igual ao custo do imóvel.

(2) Reavaliação de Imóveis: De acordo com a legislação em vigor, foram procedidas reavaliações no mês de Setembro/2010, com base na norma NBRº 14.653 - Partes 1 e 2 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, cujo resultado foi de 34.331.

(3) Em Dezembro/2010 - Venda do Imóvel: RGI 503861 Av. Visc. de Guarapuava, 2433 - Curitiba/PR, cujo resultado foi receita de R\$ 79.

NOTA 8 - ATIVO PERMANENTE

Descrição	2011	2010
Plano Funbep I		
Imobilizado		
Bens Móveis		
Custo	293	2.952
(-) Depreciação	(236)	(2.934)
Total (1)	57	18

(1) Aquisição de computadores e central telefônica.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

NOTA 9 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	FUNBEP I	FUNBEP II	Total	
Gestão Previdencial	6.621	-	6.621	7.691
Benefícios Pendentes (1)	3.118	-	3.118	3.534
Retenções sobre folha benefícios	2.538	-	2.538	2.137
Recursos Antecipados	-	-	-	3
Outras Exigibilidades (2)	965	-	965	2.017
Gestão Administrativa	680	1	681	897
Despesas a Pagar	645	1	646	888
Retenções a Recolher	35	-	35	9
Investimentos	34	-	34	89
Investimentos Imobiliários	-	-	-	56
Prestações e IOF sobre Empréstimos	11	-	11	10
Relacionadas com Tributos	23	-	23	23
Total	7.335	1	7.336	8.677

(1) Corresponde a provisão de valores a pagar relativos a interrupção temporária de aposentadorias, decorrentes da suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social;

(2) Refere-se substancialmente a valores a repassar referente a bloqueio judicial.

NOTA 10 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Gestão Previdencial	94.663	103.205
Processos de Ações Trabalhistas (1)	85.069	94.167
Processos de Ações Cíveis	9.594	9.038
Gestão Administrativa	829	251
PIS/COFINS (2)	829	251
Investimentos	90	90
Processos de Ações Tributárias (3)	90	90
Total	95.582	103.546

(1) Contempla as provisões sobre as ações judiciais referente a revisão de benefícios em função das verbas salariais e critérios/índices de reajuste de benefícios adotados nas patrocinadoras e questionamentos decorrentes de alterações do Regulamento do Plano I em face de adaptação à legislação vigente ou políticas salariais das patrocinadoras. A partir de 2008 as provisões passaram a contemplar o impacto esperado nas Reservas Matemáticas em função da eventual perda da ação, cujo saldo em 2011 é de R\$ 24.839 (R\$ 37.558 em 2010). Em Dezembro de 2011 ocorreu o estorno de R\$ 20.878 em razão da revisão da base de processos e exclusão de 82 ações. Em Dezembro de 2011, por recomendação de nossos assessores legais e objetivando maior acurácia entre o valor provisionado e o risco existente, as ações trabalhistas passaram a ter a provisão calculada por modelo estatístico causal, baseado em perdas desde Maio/2009. Este modelo estatístico efetua o cálculo da provisão individualizada por processo, para tanto, considera em sua fórmula variáveis como: objeto reclamado (pleito), quantidade de reclamantes na ação, região onde originou a ação e variáveis de Recursos Humanos, cujo efeito foi a reversão de R\$ 27.500.

Ainda em Dezembro de 2011, procedeu-se a transferência da provisão dos processos mantidos na patrocinadora principal para a entidade, cujo objeto pleiteado é específico do plano. O efeito desta transferência foi o aumento da provisão no montante de R\$ 7.847.

(2) Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas do desempenho da atividade de administração e execução de planos de benefícios. Em Novembro/2009 foi concedida liminar que autoriza o recolhimento dos tributos judicialmente.

(3) Refere-se a processo movido para o não recolhimento de imposto de transmissão de bens intervivos (ITBI) na aquisição de imóveis. Probabilidade de perda foi considerada como possível por nossos assessores legais.

NOTA 11 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

I. Provisões de benefícios concedidos: correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

II. Provisões de benefícios a conceder: correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e participantes, quando aplicável.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas de 2011 e 2010 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Descrição	2011 / 2010	
	FUNBEP I	FUNBEP II
Taxa Real Anual de Juros		5,50%
Projeção de Crescimento Real de Salários		Exp. FUNBEP
Tábua de Mortalidade Geral (1)		AT-2000 (1)
Tábua de Mortalidade de Inválidos (1)		AT-2000 (1)
Tábua de Entrada em Invalidez		Light - Forte
Projeção de crescimento real do Benefício do INSS/Plano		0%
Fator de Capacidade dos Benefícios e dos Salários		0,98
Índice de Crescimento de Benefício	IGPM	INPC
Rotatividade (2)	Experiência Itaú 2008/2010	
Método Atuarial	Agregado	

(1) Segregadas por sexo. As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA – "Society of Actuaries"; entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

(2) Na avaliação atuarial de 31/12/2011, procedeu-se alteração da premissa Rotatividade de "Experiência Itaú 2003/2004" para "Experiência Itaú 2008/2010", cujo efeito foi redução nas provisões matemáticas no montante de R\$ 9.158.

c) Evolução

Descrição	2011			2010
	FUNBEP I	FUNBEP II	Total	
Benefícios Concedidos	2.939.551	51	2.939.602	2.790.394
Benefícios à Conceder	399.449	1.346	400.795	372.829
Total	3.339.000	1.397	3.340.397	3.163.223

NOTA 12 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa os resultados acumulados obtidos pela entidade e registrados na conta de resultados realizados.

A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação nos exercícios foi a seguinte:

Descrição	2011	2010
Saldo Inicial Superávit/(Déficit)	26.918	42.129
Superávit/(Déficit) do Exercício (1)	(68.321)	(15.211)
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado (2)	(41.403)	26.918

(1) O Déficit de 2010 reflete o efeito do aumento das Provisões Matemáticas, no montante de R\$ 320.143, decorrente da alteração das premissas Taxa Real Anual de Juros de 6% para 5,5% e Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos, de AT-83 para AT-2000, bem como o efeito da reclassificação dos títulos "mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação", dada a expressiva valorização de mercado, nos termos do Art. 6º da Resolução CGPC nº 04/2002, registrando-se a diferença entre o valor de custo atualizado e o valor de mercado, que resultou em receita no montante de R\$ 228.176.

O Déficit de 2011 reflete os efeitos conjunturais da economia nos mercados que resultaram numa rentabilidade obtida nos investimentos, em especial nos títulos de renda variável, abaixo da meta atuarial.

(2) Os administradores, conscientes de suas responsabilidades, tomaram iniciativas visando equacionar o déficit apresentado em exercícios anteriores de modo a não onerar participantes ativos, assistidos e patrocinadoras. Neste sentido, a gestão dos recursos garantidores das provisões matemáticas tem como objetivo principal buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações dos planos, através da superação das metas atuariais. Em função deste objetivo o Funbep mantém em sua carteira de investimentos uma parcela expressiva de recursos composta de títulos de longo prazo, corrigidos por índices de preços (IGPM ou IPCA) e taxas de juros em média de 5,51% a.a.

Adicionalmente a administração vem promovendo a adoção de premissas atuariais mais conservadoras e alinhadas com os parâmetros técnicos estabelecidos pelo CNPC.

Deve-se ressaltar no entanto que, nos últimos anos, ocorreram diversas ações promovidas por participantes e assistidos na esfera judicial, que se referem basicamente a revisão de benefícios em função das verbas salariais adotadas nas patrocinadoras e critérios/índices de reajuste de benefícios.

As ações judiciais tiveram os seguintes reflexos:

- constituição de provisões para contingências do programa previdencial (vide nota 10);
- pagamentos de complementos de benefícios retroativos às épocas das reclamationes;
- incremento nos valores das suplementações futuras e, conseqüentemente, nas Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos (RMBC).

No quadro a seguir pode-se observar os reflexos dos fatos acima mencionados, bem como dos efeitos decorrentes das alterações das tábuas de mortalidade e de entrada em invalidez nos cálculos das Reservas Matemáticas:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

Descrição	2005 (1)	2006	2007	2008 (2)	2009	2010	2011	Acumulado
Efeito decorrente de ações judiciais								
(Constituição) / Reversão de								
Provisão para Contingências (3)	(44.513)	(29.176)	9.269	(19.272)	33.971	(5.752)	(11.216)	(66.689)
Pagamento de Benefícios								
Retroativos	(53.568)	-	-	-	-	-	-	(53.568)
Incremento na RMBC pela								
Revisão de Benefícios	(55.143)	-	-	-	-	-	-	(55.143)
Efeito da Ação do IGPM na RMBC	(72.319)	-	-	-	-	-	-	(72.319)
Efeito na RM decorrente de								
Ações Trabalhistas	-	-	-	(25.784)	(8.010)	(3.764)	12.719	(24.839)
Sub-total	(225.543)	(29.176)	9.269	(45.056)	25.961	(9.516)	1.503	(272.558)
Efeito de Alteração das								
Premissas Atuariais	(93.435)	(70.753)	(101.950)	(7.450)	-	(320.143)	9.158	(584.573)
Total	(318.978)	(99.929)	(92.681)	(52.506)	25.961	(329.659)	10.661	(857.131)

(1) Contempla valores provisionados em exercícios anteriores no montante de R\$ 52.571.

(2) Reflete o efeito da alteração da premissa rotatividade no que se refere a opção do participante ativo pelos institutos Benefício Proporcional Diferido (de 22% para 44%) e Resgate (de 78% para 56%), cujo efeito foi de R\$ 7.450.

(3) Em 2011, reflete basicamente o efeito líquido das reversões e constituições de provisões para contingências trabalhistas ocorrido em Dezembro/2011, conforme descrito na Nota 10. Até Novembro/2011, como consequência da entrada de novos processos e a utilização do modelo antigo de cálculo baseado no custo médio, houve incremento na provisão no montante de R\$ 30.869.

No quadro a seguir pode-se observar a evolução do Superávit/ (Déficit) Técnico a partir do exercício de 2005:

Superávit / (Déficit) Técnico	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Do Período	(3.232)	50.830	174.673	(376.022)	249.161	(15.211)	(68.321)
Acumulado	(56.513)	(5.683)	168.990	(207.032)	42.129	26.918	(41.403)

Tábua de Mortalidade adotada	AT-49 (1)	AT-83 (2)	AT-83 (3)	AT-83	AT-83	AT-2000 (4)	AT-2000

(1) A partir do exercício de 2005, as tábuas utilizadas foram segregadas por sexo.

(2) No exercício de 2006, foi adotada a tábua AT-83, agravada em 3 anos conforme Resolução CGPC nº 18/06.

(3) A partir de 2007 a tábua AT-83 foi utilizada integralmente, um antes do prazo admitido na Resolução CGPC nº 18/06.

(4) Em 2010, foi adotada a tábua AT-2000 de acordo com estudo técnico de aderência das premissas atuariais.

NOTA 13 – FUNDOS

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nas respectivas gestões, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

a) Fundo Previdencial

Constituído pelo excedente da contribuição mensal do patrocinador Itaú Unibanco S/A, relativo ao Plano II (CD).

b) Fundo Administrativo

Constituído com base na diferença das receitas de contribuição em relação às despesas administrativas, acrescidas da rentabilidade obtida sobre o resultado dos investimentos no mês, proporcional à sua participação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

c) Investimentos

Constituído para garantia dos contratos de empréstimos a participantes que vierem a falecer.

Descrição	Saldos em 31/12/2010	Remuneração	Reversão Líquida	Saldos em 31/12/2011
Fundo Previdencial	1.607	213	(68)	1.752
Plano Funbep II	1.607	213	(68)	1.752
Fundo Administrativo	3.122	1.214	(1.547)	2.789
Plano Funbep I	3.079	1.204	(1.542)	2.741
Plano Funbep II	43	10	(5)	48
Fundo Investimentos	22	3	-	25
Plano Funbep I	22	3	-	25
Total	4.751	1.430	(1.615)	4.566

NOTA 14 - RECLASSIFICAÇÃO PARA FINS DE COMPARABILIDADE

Em atenção a Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011, e visando permitir a comparabilidade no Balanço Patrimonial, foram efetuadas as seguintes reclassificações dos saldos em 31/12/2010, referente aos Depósitos Judiciais.

Descrição	Saldo em 2010	Reclassificação	Saldos Reclassificados
Ativo			
Realizável (Nota 5)	3.271.777	35.256	3.307.033
Gestão Previdencial	4.758	36.167	40.925
Gestão Administrativa	23.414	(23.198)	216
Despesas Antecipadas	2	-	2
Valores a Receber	4	-	4
Depósito Judicial	23.408	(23.198)	210
Investimentos	3.243.605	22.287	3.265.892
Títulos Públicos	2.140.766	-	2.140.766
Créditos Privados e Depósitos	339.139	-	339.139
Ações	256.973	-	256.973
Fundos de Investimentos	381.784	-	381.784
Derivativos	6.674	-	6.674
Investimentos Imobiliários	104.575	-	104.575
Empréstimos	13.694	-	13.694
Depósitos Judiciais / Recursais	-	22.287	22.287
Passivo			
Exigível Contingencial (Nota 10)	68.290	35.256	103.546
Gestão Previdencial	68.287	34.918	103.205
Provisão	103.205	-	103.205
(-) Depósito Judicial	(34.918)	34.918	-
Gestão Administrativa	-	251	251
Provisão	-	251	251
Investimentos	3	87	90
Provisão	341	(251)	90
(-) Depósito Judicial	(338)	338	-

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

As operações de partes relacionadas com o Itaú Unibanco S/A e Previtec Previdência e Tecnologia Ltda. caracterizam-se basicamente por:

Descrição	2011	2010
Ativo / (Passivo)		
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	(279)	(305)
Taxa de Administração da Carteira	(279)	(305)
Receitas / (Despesas)		
Receitas (Despesas)	4.703	4.551
Receita com Aluguéis	9.566	7.563
Taxa de Administração da Carteira	(4.150)	(2.316)
Taxa de Gestão Previdencial	(713)	(696)

NOTA 16 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

Através do Decreto-Lei 2383 de 1987, as Entidades de Previdência Complementar patrocinadas por empresas públicas foram obrigadas a adquirir, em montante a 30% de suas reservas técnicas, OFND's que previam juros de 6% ao ano e atualização pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional – OTN's, as quais foram extintas quando da entrada em vigor do Plano Verão em 1989.

Na ocasião, atos normativos emanados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Secretaria da Fazenda determinaram que as OFND's não utilizassem o Índice de Preços ao Consumidor – IPC e sim o Bônus do Tesouro Nacional – BTN para atualização monetária, bem como não poderiam ser utilizadas no Programa Nacional de Desestatização.

O FUNBEP, através de ação coletiva promovida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, impetrou medida judicial contra a União Federal, BNDES e Fundo Nacional de Desenvolvimento Social, reivindicando a reposição ocasionada pela troca do indexador compreendendo o período de Abril/1990 à Fevereiro/1991.

Em 24/09/2008 o processo foi julgado procedente no que diz respeito ao direito à correção das OFND's pelo IPC, no período de Abril/1990 à Fevereiro/1991 e não pelo BTN, cujo montante atualizado em 30/06/2011 equivale a R\$ 40.186.

Tendo em vista que a decisão poderá ser impugnada e a documentação suporte para registro contábil restringe-se ao laudo técnico elaborado por empresa de consultoria contratada pela ABRAPP, o qual aponta o valor devido à entidade, os administradores decidiram por não reconhecer o montante no balanço de 31/12/2010 e manter o mesmo procedimento para o Balanço de 31/12/2011.

b) O FUNBEP, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens, a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Sergio Guillinet Fajerman

Diretor Superintendente • CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo

Contador • CRC: 1SP 114.497/O-9

CPF: 859.338.648-20

Plano Funbep I (BD)

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2011, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais:

Observamos, ainda, que:

Base de dados:

Os dados dos participantes e assistidos, posicionados em 31/10/2011, cuja responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente da entidade, patrocinadora e de seus representantes legais, foram analisados e criticados pela Entidade, tendo sido considerados aceitáveis para a realização da avaliação atuarial.

O total de participantes ativos e autopatrocinados do Plano é igual a 1.609, sendo 748 do sexo masculino e 861 do feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 48,46 anos e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal, ponderado pelo valor estimado do benefício de aposentadoria, igual a 7,37 anos.

O total de participantes aposentados, inclusive os 6 com benefícios suspensos, é de 4.386. O total de participantes em período de aguardo de benefício é de 255 e os grupos familiares recebendo benefício de pensão, inclusive 1 benefício suspenso, é igual a 675.

Considerando a tábua de mortalidade geral adotada na avaliação atuarial, apuramos que os participantes aposentados apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 22,11 anos.

	Valores em R\$
Benefícios Concedidos	2.939.551.539,42
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.939.551.539,42
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	2.539.915.243,08
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	399.636.296,34
Benefícios a Conceder	399.448.986,05
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	358.770.813,62
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	435.195.851,20
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-50.979.964,04
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-25.445.073,54
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	40.678.172,43
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	49.378.725,49
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-5.803.765,68
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-2.896.787,38
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Total das Provisões Matemáticas	3.339.000.525,47
Fundo Previdencial	0,00
Reversão de saldo por exigência Regulamentar	0,00
Revisão de Plano	0,00
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00

Plano de Benefícios:

O Plano de Benefícios encontra-se fechado à adesão de novos participantes desde 14/04/1998 e o Regulamento em vigor é o aprovado pela Portaria n.º 2.100, de 26/02/2008, publicado no D.O. de 27/02/2008.

Este plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial, observando as recomendações contidas no expediente da diretoria da Entidade, FUNBEP/GEPRE 024-2000.

Avaliação Atuarial:

Este parecer se refere à avaliação atuarial desenvolvida considerando o disposto no Regulamento vigente.

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo os regimes de:

- Capitalização (Método Agregado): Aposentadorias, Pensão por Morte, seus respectivos abonos e Auxílio-Funeral em decorrência de falecimento do Participante Assistido;
- Repartição Simples: Auxílio-Doença, respectivo abono e Auxílio-Funeral em decorrência de falecimento de Participante Ativo.

Conforme recomendação dos Patrocinadores e da Entidade, os estudos atuariais foram desenvolvidos considerando as seguintes hipóteses atuariais:

Hipóteses Financeiras:

- Taxa Real Anual de Juros: 5,5% a.a.;
- Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios): INPC/IGP-M;
- Projeção de Crescimento Real de Salário: 0% a.a. para os Participantes Autopatrocinados e Tabela FUNBEP para os demais Participantes;
- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: 0% a.a.;
- Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: Não Aplicável;
- Fator de Determinação do Valor Real ao longo do Tempo (refletindo sobre os resultados uma inflação de 4% a.a.):
 - dos Salários: 0,98;
 - dos Benefícios da Entidade: 0,98;
 - dos Benefícios do INSS: Não Aplicável.

Hipóteses Biométricas:

- Hipótese sobre Rotatividade: 0% a.a. para os participantes autopatrocinados e Experiência ITAÚ 2008/2009/2010, para os demais participantes, sendo que desses participantes, 56% deverão optar pelo Resgate e 44% pelo BPD;
- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: 0% a.a.;
- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 NB (MALE/FEMALE);
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000 NB (MALE/FEMALE);
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light Forte;
- Outras – morbidez: Experiência ATUAS.
- Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas: estrutura familiar informada para os assistidos e experiência ATUAS para os benefícios de pensão a conceder aos participantes ativos.

Foram adotadas as hipóteses indicadas pelo FUNBEP, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente.

Foram mantidas as hipóteses, regimes financeiros e métodos utilizados no exercício anterior, à exceção de:

- Hipótese sobre Rotatividade Experiência ITAÚ 2008/2009/2010, em substituição a Experiência ITAÚ 2003/2004.

Plano Funbep I (BD)

Resolução CGPC nº 18/2006:

Apresentamos a seguir comparativo entre o número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos, observado nos 12 meses posteriores à avaliação anterior realizada em 31/10/2010 e o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial.

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência FUNBEP.

Patrimônio Líquido:

Com base no Balanço do FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, de 31/12/2011, apuramos o Ativo Líquido dos Exigíveis para o Plano de Benefícios FUNBEP I, conforme indicado a seguir:

Esclarecemos que não fizemos qualquer análise relativamente ao Ativo Líquido do Plano.

Situação do Plano:

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 01/2011.

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de Benefício Definido, poderá ter seu custo modificado em decorrência de, por exemplo:

- comportamento da evolução salarial;
- desligamento de participantes;
- rentabilidade incompatível com a esperada.

No fechamento do exercício, em 31/12/2011, o plano encontrava-se deficitário em percentual inferior a 10% das Provisões Matemáticas.

Tendo em vista a informação recebida do FUNBEP de que se trata de déficit técnico conjuntural e de que o fluxo financeiro é suficiente para honrar o compromisso do exercício subsequente, de acordo com a legislação vigente não há obrigação de que este déficit seja equacionado ainda no exercício de 2011.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

	Estimados	Ocorridos (*)
Ativos Falecidos	4	2
Ativos Invalidados	19	21
Aposentados Válidos Falecidos	36	31
Aposentados Inválidos Falecidos	2	7
Pensionistas Válidos Falecidos	9	10
Pensionistas Inválidos Falecidos	0	0

(*) Fonte: FUNBEP

	Valores em R\$
Ativo Bruto	3.403.277.604,43
Exigível Operacional	7.335.351,03
Exigível Contingencial	95.579.383,60
Fundos	2.764.926,15
Ativo Líquido dos Exigíveis	3.297.597.943,65

Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 2012.

Carlos Renato Azevedo

Atuário • MIBA 1375

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2011, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais:

Observamos, ainda, que:

Base de dados:

Os dados dos participantes, posicionados em 31/10/2011, cuja responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente da entidade, patrocinadora e de seus representantes legais, foram analisados e criticados pela Entidade, tendo sido considerados aceitáveis para a realização da avaliação atuarial.

O total de participantes ativos do Plano é igual a 24, sendo 11 do sexo masculino e 13 do feminino. A idade média dos participantes ativos é igual a 43,67 anos.

O total de participantes assistidos é igual a 1, sendo 1 aposentadoria por invalidez. O total de participantes em período de aguardo de benefício é de 1. Não existem grupos familiares recebendo benefício de pensão.

Valores em R\$	
Benefícios Concedidos	50.897,82
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	50.897,82
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	50.897,82
Benefícios a Conceder	1.345.993,20
Contribuição Definida	1.263.239,40
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	631.619,70
Saldo de Contas – Parcela Participantes	631.619,70
Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	82.753,80
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	124.110,06
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-20.678,13
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-20.678,13
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,0
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinária	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Total das Provisões Matemáticas	1.396.891,02
Fundo Previdencial	1.751.660,45
Reversão de saldo por exigência Regulamentar	1.751.660,45
Revisão de Plano	0,00
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00

Plano de Benefícios:

O Plano de Benefícios encontra-se fechado à adesão de novos participantes desde 31/12/2000 e o Regulamento em vigor é o aprovado pela Portaria n.º 730, de 27/12/2011, publicado no D.O. de 27/12/2011.

Este plano não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

Avaliação Atuarial:

Este parecer se refere à avaliação atuarial desenvolvida considerando o disposto no Regulamento vigente.

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo os regimes de Capitalização (Crédito Unitário Projetado) para Renda Mensal por Invalidez, Renda Mensal de Pensão, seus respectivos abonos e Pecúlios por Morte e Capitalização (Financeiro) para Renda Mensal Vitalícia, Renda Mensal do Benefício Proporcional Diferido e seus respectivos abonos.

Conforme recomendação do Patrocinador e da Entidade, os estudos atuariais foram desenvolvidos considerando as seguintes hipóteses e referenciais atuariais:

Plano Funbep II (CD)

Hipóteses Financeiras:

- Taxa Real Anual de Juros: 5,5% a.a.;
- Indexador: INPC;
- Projeção de Crescimento Real de Salário: 3% a.a.;
- Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: Não Aplicável;
- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: 0% a.a.;
- Fator de Determinação do Valor Real ao longo do Tempo (refletindo sobre os resultados uma inflação de 0% a.a.):
 - dos Salários: 1;
 - dos Benefícios da Entidade: 1;
 - dos Benefícios do INSS: Não Aplicável.

Hipóteses Biométricas:

- Hipótese sobre Rotatividade: 0% a.a. para os participantes autopatrocinados e Experiência ITAÚ 2008/2009/2010, para os demais participantes.
- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: 0% a.a..
- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 NB (MALE/FEMALE);
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000 NB (MALE/FEMALE);
- Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT FORTE.
- Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas: Experiência ATUAS.

Foram adotadas as hipóteses e referenciais indicados pelo FUNBEP, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente.

Foram mantidas as hipóteses, os métodos atuariais e os regimes financeiros adotados no exercício anterior, à exceção de:

- Hipótese sobre Rotatividade: Experiência ITAÚ 2008/2009/2010, em substituição a Experiência ITAÚ 2003/2004;

Resolução CGPC nº 18/2006:

Apresentamos a seguir comparativo entre o número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos, observado nos 12 meses posteriores à avaliação anterior realizada em 31/10/2010 e o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas na avaliação

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência FUNBEP.

Patrimônio Líquido:

Com base no Balanço do FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, de 31/12/2011, apuramos o Ativo Líquido dos Exigíveis para o Plano de Benefícios FUNBEP II conforme indicado a seguir:

Esclarecemos que não fizemos qualquer análise relativamente ao Ativo Líquido do Plano.

	Estimados	Ocorridos (*)
Ativos Falecidos	-	-
Ativos Inválidos	-	-
Aposentados Falecidos	-	-
Aposentados Inválidos Falecidos	-	-
Pensionistas Válidos Falecidos		
Pensionistas Inválidos Falecidos		

(*) Fonte: FUNBEP

	Valores em R\$
Ativo Bruto	3.200.328,88
Exigível Operacional	398,49
Exigível Contingencial	2.907,80
Fundos	1.800.131,57
Ativo Líquido dos Exigíveis	1.396.891,02

Situação do Plano:

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial 01/2011.

O custo da parte do plano de benefícios concebida na modalidade de "Benefício Definido" poderá variar em função da não verificação das hipóteses, como por exemplo a evolução da massa de participantes, de sua distribuição etária e salarial e da rentabilidade alcançada na aplicação de recursos.

O custo relativo à parte do plano do tipo "Contribuição Definida" não deverá variar ao longo do tempo por causas externas. Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 2012.

Carlos Renato Azevedo

Atuário • MIBA 1375

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado

Examinamos as demonstrações contábeis da Entidade FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses

controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados considerando, como permitido, a posição consolidada da Entidade, cujo relatório de 16 de março de 2011, não conteve nenhuma modificação. Os procedimentos de auditoria referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, portanto, não expressamos nenhuma opinião sobre as informações individuais por plano de benefício naquele exercício.

Curitiba, 8 de março de 2012.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" PR

Paulo Sergio Miron

Contador • CRC 1SP173647/O-5 "S" PR

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2011, baseados nos pareceres da consultoria atuarial Atuas – Atuários Associados S/C Ltda. e dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Fiscal do FUNBEP – FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO concluíram que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do FUNBEP em 31.12.2011, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 19 de março de 2012.

Presidente

Leila Cristiane Barboza Braga de Melo

Conselheiros

Geraldo Luís Miguel Martins

Guilherme Augusto Marcondes Ferreira de Toledo Barros

Marçal Ussui Sobrinho

Conselheiro Suplente

Darci Borges Saldanha

Os membros do Conselho Deliberativo do FUNBEP – FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2011, com base nos pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Atuas – Atuários Associados S/C Ltda. e dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, deliberaram aprovar os referidos documentos, que entendem refletir adequadamente a posição patrimonial e financeira do FUNBEP em 31.12.2011.

São Paulo (SP), 27 de março de 2012.

Presidente

Oswaldo do Nascimento

Conselheiros

Carlos Eduardo Mônico

José Altair Monteiro Sampaio

Marco Antonio Antunes

Ruy Fernando Metzger

Informe Resumo dos Investimentos

31 de dezembro de 2011

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2011 dos planos administrados pelo FUNBEP:

1. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN 3792, de 24 de setembro de 2009:

Descrição	Limite Máximo (1)	Plano I	Plano II	Total Dez/11		Total Dez/10		Var. %
				R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	
Renda Fixa (2)	100	2.871,4	3,2	2.874,6	85,7	2.722,2	83,9	2,1
Títulos Públicos	100	2.528,8	3,2	2.532,0	75,5	2.237,7	69,0	9,5
Títulos Privados	80	342,6	-	342,6	10,2	484,5	14,9	(31,6)
Renda Variável (2)	35	344,1	-	344,1	10,3	403,1	12,5	(17,9)
Ações Conglomerado Itaú	10	113,8	-	113,8	3,4	112,1	3,5	(1,8)
Outras	35	230,3	-	230,3	6,9	291,0	9,0	(23,4)
Imóveis	4	99,5	-	99,5	3,0	104,6	3,2	(8,0)
Operações c/ Participantes	5	12,8	-	12,8	0,4	13,7	0,4	(9,6)
Outros Realizáveis (3)		22,3	-	22,3	0,7	-	-	-
Total Investimentos	100	3.350,1	3,2	3.353,3	100,0	3.243,6	100,0	-

(1) Definido na legislação em vigor e na política de investimentos de 2011 a 2015.

(2) Os ativos integrantes das carteiras de fundos estão alocados nas respectivas modalidades.

(3) Refere-se aos depósitos judiciais que, conforme Instrução SNPC 5/2011, devem ser contabilizados no ativo.

2. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2011 dos investimentos por segmento e os respectivos índice de referência:

De acordo com a Política de Investimentos o índice de referência para a performance das aplicações financeiras é a Meta Atuarial do plano, exceto o segmento de Renda Variável cujo índice de referência é o IBOVESPA.

A meta atuarial, que corresponde a taxa de juros atuarial e o indexador do plano, foi de 10,85% no Plano I (IGP-M) e 11,91% no Plano II (INPC) e o IBOVESPA acumulado foi de -18,12% em 2011.

Plano I	dez/11				
	% de alocação	Nominal	Índice de Referência	Performance em relação ao índice de referência à meta atuarial	
Renda Fixa	85,7	12,84	10,85	1,80	
Renda Variável	10,3	(10,78)	(18,12)	8,96 (17,30)	
Imóveis	3,0	(2,59)	10,85	(12,12)	
Operações c/ Participantes/Outros	1,0	19,74	10,85	8,02	
Rentabilidade Total (*)	100	9,58	7,89	1,57 (1,15)	

(*) Índice de Referência composto proporcional ao percentual de alocação

Plano II	dez/11			
	% de alocação	Nominal	Índice de Referência	Performance em relação ao índice de referência à meta atuarial
Renda Fixa	100	11,57	11,91	(0,30)
Rentabilidade Total	100	11,57	11,91	(0,30)

3. Gestão dos Investimentos

Os investimentos da Funbep são geridos somente pelo Itaú Unibanco.

4. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792 de 24.09.2009:

Não há desenquadramentos.

5. Apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2011:

Em R\$ milhões de Reais

Descrição	PLANO I	PLANO II	Dez/2011	Dez/2010	Variação %
Despesas Administrativas	(10,6)	-	(10,6)	(5,9)	79,7%
1. Administração Previdencial	(6,0)	-	(6,0)	(3,2)	87,5%
Pessoal e Encargos	(1,6)	-	(1,6)	(0,9)	77,8%
Treinamento/Congressos e Seminários	-	-	-	-	-
Viagens e Estadias	(0,1)	-	(0,1)	(0,1)	-
Serviços de Terceiros	(2,99)	(0,01)	(3,0)	(1,1)	172,7%
Despesas Gerais	(1,0)	-	(1,0)	(1,1)	(9,1%)
Depreciações e Amortizações	-	-	-	-	-
Contingências	(0,3)	-	(0,3)	-	-
Outras Despesas	-	-	-	-	-
2. Administração dos Investimentos	(4,6)	-	(4,6)	(2,7)	70,4%
Serviços de Terceiros	(4,38)	(0,02)	(4,4)	(2,5)	76,0%
Contingências	(0,2)	-	(0,2)	-	-

A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2011 dos planos:

- Plano de Benefícios Funbep I
- Plano de Benefícios Funbep II
- Plano de Gestão Administrativa - PGA

1. Taxa Mínima Atuarial

Planos de Benefícios	Indexador	Taxa de Juros
Funbep I	IGPM	5,5%
Funbep II	INPC	5,5%

3. Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo		
			Funbep I	FunbepII	PGA
Renda Fixa	53%	100%	85%	100%	100%
Renda Variável	0%	25%	12%	0%	0%
Investimentos Estruturados	0%	10%	0%	0%	0%
Investimentos Exterior	0%	3%	0%	0%	0%
Imóveis	0%	4%	3%	0%	0%
Operações com Participantes	0%	5%	1%	0%	0%

5. Referência de Rentabilidade

Segmento	Índice de Referência	
	Funbep I / Funbep II	PGA
Renda Fixa	taxa mínima atuarial	CDI
Renda Variável	Ibovespa	
Investimentos Estruturados	taxa mínima atuarial	CDI
Investimentos Exterior	taxa mínima atuarial	CDI
Imóveis	taxa mínima atuarial	CDI
Operações com Participantes	taxa mínima atuarial	CDI

7. Critério para Contratação

Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Instituição e experiência	Rentabilidade Histórica Auferida
Histórico da Instituição e experiência	Rentabilidade Histórica Auferida
Filosofia de atuação	Riscos Incorridos
Análise legal	Custos
Inexistência de Conflito de Interesses	Total de Recursos Administrados
Sistemas e Processos	Distribuição do retorno diferencial

2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

4. Derivativos

Os Planos de Benefícios podem realizar operações com derivativos, desde que observadas as condições estabelecidas na Res. CMN 3792/2009.

6. Gestão dos Recursos

- Tipo/Forma: Externa
- Periodicidade da Avaliação: 3 Meses
- Quantidade de Gestores: 1
- Critérios de Avaliação: Em relação a referência de rentabilidade, carteiras e limites de risco estabelecidos

8. Participação em Assembléias de Acionistas

8.1. Limites Mínimos para Participação em Assembléia de Acionistas

Por Capital Votante: 5%	Recursos Garantidores: 4%	Por Capital Total: 10%
-------------------------	---------------------------	------------------------

9. Cenário Macroeconômico, Responsabilidade Socioambiental, Observações e Justificativas

9.1. Cenário Macroeconômico

As decisões de alocação são definidas bimestralmente por um comitê formado por especialistas onde são definidos os cenários macro-econômicos e trajetórias para algumas variáveis básicas da economia e definidos cenários alternativos (otimista e pessimista).

São projetados valores para diversos fatores de risco, que são utilizados para calcular as expectativas de preço/retorno dos ativos.

9.2. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Diante do quadro de degradação ambiental do planeta, consideramos fundamental avaliar os impactos sobre o meio ambiente, não só para o êxito do crescimento empresarial, mas como variável decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável e a prevenção dos riscos à saúde humana. Diante do quadro de degradação ambiental do planeta, consideramos fundamental avaliar os impactos sobre o meio ambiente, não só para o êxito do crescimento empresarial, mas como variável decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável e a prevenção dos riscos à saúde humana.

Política de Investimentos - 2012

A política de Investimentos para o período de 2012 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em Dez/2011.

Abaixo demonstramos os limites de alocação e o índice de referência:

Segmento	Limites Resolução CMN 3.792 /09 (%)	Plano I		Plano II		PGA	
		Limites (%)	Alocação Alvo %	Limites %	Alocação Alvo %	Limites %	Alocação Alvo %
Renda Fixa	100	100	86,5	100	100	100	100
Renda Variável	70	25	9,2	25	0	50	0
Investimentos Estruturados	20	10	0,1	10	0	10	0
Investimentos no Exterior	10	3	0	3	0	3	0
Imóveis	8	4	3,1	4	0	0	0
Operações com Particip.	15	5	1,2	5	0	0	0

Segmento	Índice de Referência	
	Plano I / Plano II	PGA
Renda Fixa	meta atuarial	CDI
Renda Variável	Ibovespa	
Investimentos Estruturados	meta atuarial	CDI
Investimentos Exterior	meta atuarial	CDI
Imóveis	meta atuarial	CDI
Operações com Participantes	meta atuarial	CDI

www.funbep.com.br



FUNBEP

Curitiba (PR)

Rua Marechal Deodoro, 869 – 17º andar
Centro – CEP 80060-010